

Turismo e arqueologia – Um diálogo possível?

Tourism and archeology: a possible dialogue?

Laura Almeida

Professora de Turismo da Universidade Federal de Sergipe - UFSE, Aracaju/SE, Brasil
E-mail: laura.calasans@gmail.com

Ton Ferreira

Professor do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe – UFSE,
Aracaju/SE, Brasil
E-mail: ferreiraton@yahoo.com.br

Artigo recebido em: 20-08-2015

Artigo aprovado em: 07-06-2017

RESUMO

Resultado da globalização, o turismo enquanto atividade social gera produção de bens e serviços que visam à satisfação de turistas que desejam conhecer lugares diferentes buscando redescobrir e fortalecer a identidade cultural, bem como dar um novo significado ao seu patrimônio. Desta forma surge o renovado interesse pela cultura, por meio de um valor artístico-cultural e econômico, podendo ser parte estratégica para desenvolvimento local. O valor atribuído ao patrimônio arqueológico pode ampliar a conjugação dessa relação, sobretudo nas propostas de interpretação de seus bens culturais, além de auferir recursos que busquem conservação e preservação do patrimônio com finalidade turística. O presente artigo tem como objetivo analisar o patrimônio enquanto produto turístico no Brasil por meio do diálogo entre turismo e arqueologia. A metodologia utilizada caracterizou-se pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, de natureza qualitativa permitindo compreender a realidade e entender os fenômenos turísticos. Com isso concluiu pela necessidade em analisar a valorização do patrimônio no cenário contemporâneo, discutindo o uso turístico, assim como sua conservação e os processos de restauração, pesando em uma demanda cada vez mais crescente, de viajante que busca estar em contato com comunidades tradicionais, fieis a sua cultura e costumes.

Palavras-chave: Turismo. Patrimônio. Arqueologia.

ABSTRACT

Result of globalization, tourism as a social activity generates output of goods and services to the satisfaction of tourists who want to know different places seeking to rediscover and strengthen the cultural identity as well as give a new meaning to their heritage. Thus the renewed towards the culture arises, through an artistic-cultural and economic value, which can be a strategic part for local development. The value assigned to the archeological patrimony can enlarge the combination of this relationship, particularly in the proposals for interpretation of their cultural goods, and obtaining resources to pursue conservation and protection of patrimony with touristic purpose. This article aims to analyze the patrimony as a touristic product in Brazil through dialogue between tourism and archeology. The methodology used was characterized by bibliographic, descriptive and exploratory research, of a qualitative nature, allowing to understand the reality and to understand the tourist phenomena. This concludes that it is necessary to analyze the valuation of the heritage in the contemporary scenario, discussing the touristic usage, as well as its conservation and the restoration processes, weighing in an increasing demand, of a traveler who seeks to be in contact to traditional communities, faithful to their culture and customs.

Keywords: Tourism. Patrimony. Archaeology.

1. INTRODUÇÃO

O significado e o valor do lugar ganha uma discussão importante no turismo contemporâneo, gerando bens e serviços que visam à satisfação e busca por experiências autênticas que possibilite a conhecer o novo, a cultura e como vivem as pessoas e seus modos de vida.

A tendência natural a homogeneização nos aspectos de consumo e informação, geradas pelo fenômeno da globalização, contribuíram para uma fase de transição, em uma perspectiva de mudança de paradigma do turismo moderno para o contemporâneo, este assegurado pela necessidade de um novo significado que fortaleça os laços culturais e recrie nos significados em seus bens culturais, em uma busca de consolidar a identidade local.

Nesse novo cenário, o contemporâneo, busca redefinir os usos do patrimônio, através da condução de histórias, memórias, saberes e tradições e cria e possibilita um novo olhar sobre as edificações e a materialidade que envolvendo o lugar, oportunizando conhecer sobre a diversidade das expressões culturais.

Com isso, o pensamento turístico contemporâneo se propõe a estabelecer uma relação social, cultural, ambiental, espacial e política com os atrativos locais, ancorado em um saber fazer comunitário, com novas formas culturais de organização da atividade, que impõem ritmos à sociedade (Cooper, 2011). A intensificação do turismo cultural na busca elementos identitários, simbólicos, estéticos, sociais e culturais, foi determinante para que a população viesse a consumir e compartilhar momentos desta nova dinâmica social, que envolve equipamentos, atrativos, atores locais e visitantes.

El turismo cultural puede ser un positivo instrumento de desarrollo local y regional, entendido esto último desde visión sócio-económica que permita una equitativa distribución de los beneficios, ya sean de carácter económico, social y cultural en las comunidades anfitrionas, reflejado en una mejora de la educación, la formación, la creación de empleo, y la generación de ingresos, colaborando en la erradicación de la pobreza, por ejemplo en el caso de los países en desarrollo. (Toselli, 2006, p. 177)

Reintegrando ao conceito, à renovada percepção cultural, a perspectiva de envolver um conjunto de significativos monumentos do patrimônio histórico-cultural que valorizem e promovam bens materiais e imateriais da cultura local, com intuito de revelar a identidade e qualidades, por meio de novas experiências, permite estreitar e ampliar o dialogo entre turismo e arqueologia.

Embora recente, no Brasil, o dialogo vem permitindo a valorização do patrimônio arqueológico em projetos que buscam conservar, proteger seus bens através de adoção de

mecanismo de controle e monitoramento, além de auferir recursos, em uma perspectiva sustentável, de conservação de bens arqueológicos com fins turísticos, fortalecendo o segmento do turismo arqueológico.

Para a discussão foi preciso analisar o patrimônio, dentro do cenário contemporâneo, com novo olhar, na busca por novas experiências em locais onde o antigo e tradicional dialogam com o novo e moderno, entendidos como surpresa e diversidade enquanto produto turístico. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, realizou-se um estudo qualitativo, descritivo e exploratório sobre a temática turismo, patrimônio e arqueologia, permitindo verificar o papel do restauro e arquitetura dos lugares e de como são transformados, restaurados e adaptados a partir de uma justificativa histórica, artística.

A metodologia incide em um processo de investigação do fenômeno turístico, visando a compreensão de sua dinâmica na arqueologia, o método exploratório permitiu “procurar aprimorar ideias ou descobrir intuições” e o descritivo “procurar descrever os fenômenos e estabelecer relações entre as variáveis” (Denker, 2000, p. 124), dentro de uma abordagem qualitativa, que segundo Organização Mundial do Turismo - OMT (2005, p. 187):

[...] uma forma sistemática de interpretar a realidade e de entender os fenômenos turísticos com os instrumentos proporcionados pela visão da realidade, opiniões e experiências de pesquisadores e dos grupos observadores, informantes e participantes das pesquisas.

Na análise bibliográfica foram utilizadas temáticas como Turismo, Arqueologia, Turismo Cultural, Restauração e Conservação do Patrimônio, Interpretação do Patrimônio, Patrimônio Cultural e Arqueológico, com fontes secundárias. As fontes secundárias são obras de referência, artigos de revistas científicas, dissertações e pesquisas que tratem do patrimônio arqueológico e seu uso pela atividade turística. Tal estudo permitiu analisar como o patrimônio se transforma ou se faz beneficiar com atividade turística e de como pode alterar rotinas, fragmentar reais estórias em prol da prática turística, recriando ou dando uma nova função e significado do patrimônio histórico cultural.

Nesse sentido o estudo trará uma reflexão sobre o interesse da arqueologia no turismo, em uma perspectiva em que ambas cumpram um papel ético e social. Partindo do pressuposto de um turismo participativo e sustentável forneça subsídios e metodologias que auxiliem a arqueologia na democratização do patrimônio e na sustentabilidade da atividade turística no Estado.

Desta forma o estudo ratifica-se da necessidade de promover o diálogo entre a arqueologia e o turismo, suas interfaces do diálogo entre as duas ciências, que envolve uma

perspectiva de turismo pós-modernismo, globalização, inclusão social, preservação e conservação ambiental, de bens materiais. Para compreender a relação turismo e patrimônio é necessário compreender raízes da prática turística, de como surge a ideia de patrimônio no Brasil e de como a arqueologia poderia gerar possibilidade de entender o patrimônio enquanto produto turístico. Assim como verificar como a literatura do turismo percebe o patrimônio arqueológico, dentro das possibilidades de abordagens a partir do crivo do turismo, e, sobretudo entender o patrimônio como produto turístico no Brasil.

2. CULTURA E TURISMO CONTEMPORÂNEO – UMA DISCUSSÃO EM PROCESSO DE (DES)CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO

A inter-relação do homem com o seu ambiente se dá por intermédio de vários conceitos e projeção de sentimentos ou emoções pessoais, da forma de organização ou planejamento da ocupação do espaço, da domesticação ou modificação da natureza segundo padrões sociais, do entendimento das relações sociais, relações do ecossistema ou como cenário/palco de eventos históricos. Assim surge uma relação homem/cultura e homem/paisagem. A necessidade de estabelecer laços fixos e pessoais, fez com que os seres humanos desenvolvessem regras, modos de vidas diferentes, promovendo uma disciplina no modo de agir e gerando culturas diferenciadas. A natureza é a mesma, como afirma Laraia (1986), o que muda são os hábitos, o que faz mantê-los separados.

Segundo Laraia (1986), foi Edward Tylor (1832-1917) que inseriu o vocábulo inglês Culture, que em seu amplo sentido etnográfico é todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Resumido por Tylor em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos. Sodré (2001) acrescenta ainda que cultura é o conjunto dos instrumentos que dispõe a mediação simbólica através da língua, leis, ciências, arte e mitos, permitindo indivíduos ou um grupo à abordagem real, dispostos a todos.

Segundo Woodward (2007) a partir do estudo sobre cultura como algo criado e vivido, permite observar a relação da mesma com os objetos, com a materialidade, compreendendo melhor as estruturas sociais e maiores dimensões sistêmicas tais como a desigualdade e diferença social, e também ação humana, emoção e seu significado. O que envolve elementos materiais e imateriais. Os objetos, a materialidade, podem ser vistas, então,

como um elo essencial entre a estrutura social e económica, e o indivíduo. E o saber/fazer, comportamento uma forma de analisar como as coisas materiais, as pessoas interagem e utilizam esses bens culturais.

O turismo nasce da necessidade da interação com esses bens culturais, já no século XVI, com as chamadas Grand Tours, se caracterizavam como viagens organizadas como jornadas de estudos, com durabilidades de dois a três anos, empreendidas por jovens nobres e burgueses ingleses, com intuito de conhecer as artes, outras culturas e outros idiomas. De caráter elitista, se desenvolveu em cima de um modelo fordista de produção, caracterizando-se em um segmento de massa¹. E paulatinamente foi apresentada a população global, sendo consumido pela massa enquanto atividade meramente econômica. A necessidade de reverter este conceito objetivo fez-se necessária vista se tratar de uma prática que não trazia benefícios à comunidade local, e prejudicava o meio ambiente. Entender o turismo como sendo social, ainda é subjetivo, frente à cadeia produtiva que hoje determina sua prática. Concomitante a este desenvolvimento, intrínseco, está o turismo cultural. Considerando que toda prática turística seja cultural.

Porém o apelo pelas viagens em busca de arte tem suas raízes como base na cultura artística e cultural europeia. Provocados pelo Renascimento, tido como primeira consciência de um passado da história da arte clássica, através de artes, pintura, escritos, esculturas, e outros. Rapidamente tornou-se um importante agente econômico, desempenhando um papel fundamental de mudança. Richards (2005) data o início de um cenário promissor, a moda das viagens intelectuais, colaborando para surgimento de empresas da “indústria do turismo”, no ramo de restauração, hotelaria, lojas, itinerários.

A transição para a pós-modernidade, de acordo com Balcar e Pearce (1996) surge no final da década de 80, onde proliferaram estudos sobre capacidade de carga, autenticidade, percepção da comunidade, e patrimônio. Chamaremos neste estudo de turismo contemporâneo.

A busca por experiências novas compreendeu em um emergente sistema de símbolos e significados, a partir da valorização das características dos objetos e apresentações, de uma releitura que permitisse reduzir a distancia entre objeto cultural e espectador, quebrando as fronteiras e buscando entender o real sentido das coisas.

¹ Ruschmann (2000), define turismo de massa como sendo aquele onde um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano, motivados pela organização de pacotes.

Durante muito tempo a prática turística vendeu, e ainda vende narrativas falsas e produtos falsos por entender a atividade como meramente econômica. Porém o que se pode observar é necessidade de estabelecer com a originalidade e valor intrínseco da cultura local. É neste aspecto que a restauração entra com um papel fundamental na tentativa de atender esta demanda.

Blanco (2008) afirma ter sido em Roma berço do processo de restauração, com a inventariação descrita no livro “*De varietate fortuna*”, acerca das ruínas da cidade de Roma. Podendo assim dizer, segundo Blanco (2008), a primeira consciência arqueológica.

De acordo com Blanco (2008), nas últimas décadas, primeiramente em países anglo saxônicos, paulatinamente em países latinos, o interesse em analisar as transformações na concepção arquitetônica, e o seu tempo de duração, gerou novas sensibilidades patrimoniais que contribuam para construção da memória. A preocupação com a destruição do patrimônio, segundo o autor, a exemplo do caso de Les Halles de Paris de Victor Baltard, citado pelo autor, provocaram reações na população local, em estudiosos, intelectuais em estudar e proteger o a arqueologia industrial.

Neste caso a restauração e conservação possibilita analisar:

[...] qué motivaciones teóricas causaron los diversos fenómenos que se produjeron en el pasado sobre las interrupciones bruscas o las asunciones deliberadas de determinadas opciones, estilos o maneras arquitectónicas que parecían ir contra los tempos, la modas o las reflexiones más cabales y así se podrá interpretarlas no sólo respecto de ideas relativas al progreso o al conservadorismo estéticos, evitando expulsar al mundo de lo negativo o elevar a categoría de genial arquitecturas y arquitectos que comprendidos desde la consustancialidad de su mundo operativo contemporáneo y personal podrán caracterizarse por pertenecer a ámbitos bien opuestos a como se les ha considerado desde otros parámetros (Gonzalez & Blanco, 1989, p. 12).

De acordo com Luso et al (2004), a atividade de restauro tem sua origem nos séculos XVII e XIX. Até esta data, os monumentos sofreram diversas ações de conservação, alteração de uso e renovação, que não poderiam ser consideradas de restauro, tal qual designamos nos dias atuais. A criação de monumentos históricos intencionais é fruto da sociedade moderna, em um evento histórico localizado no tempo e no espaço. Em um dado momento em que não se conhecia os monumentos intencionais, somente a partir do século XV, na Itália, as obras da antiguidade começaram a ser valorizadas, por suas características artísticas e históricas, não apenas por serem símbolos ou memoriais das grandezas da Grécia e Roma, despontando um novo valor. Parte daí a origem do valor histórico artístico (Riegl, 2014). O autor atribui o valor dado aos monumentos, neste século, como algo que busca uma junção entre o velho e o novo, o antigo e o recente, reconhecendo todos os períodos da arte e suas especificidades.

Analisando os valores da contemporaneidade através do prisma de Riegl, onde de um lado haveria um valor prático/e uso e valor de arte, sendo o primeiro para atender as necessidades materiais do homem e o segundo as necessidades do espírito. O turismo vive este mesmo dualismo contemporâneo. Há viajante somente interessado na materialidade desses monumentos, enquanto objeto de consumo, em muitos casos representados através de uma arquitetura de mau gosto, *kitsch*². E do outro lado, aqueles, que buscam autenticidade, uma relação e troca de energias, que vão além do material, servindo de base para um turismo de experiências³.

De acordo com Luso et al (2004), pensadores românticos passaram a se interessar em construir uma nova forma do saber, focado em um novo conceito de monumento, contribuindo para a construção de novos conceitos, baseados na cultura da arte, com um papel antagônico ao que lhe era dado pelos eruditos. Dentre os principais é importante citar: Riegl, Victor Hugo, Ruskin, Balzac, Mérimée, Viollet-le-Duc, Boito, entre outros que se destacaram, mesmo com opiniões divergentes com relação à forma de preservação dos monumentos. Blanco (2008) traz a ideia de Ruskin (1861) e Morris (1878), que prezavam pelas marcas que o tempo imprime nos monumentos, dando a eles um caráter único, antirestauração⁴, assim como, toda obra que pertence ao passado, sendo que dessa forma devem ser mantidos da forma como se encontram por pertencerem a quem os construiu e pelas gerações que ainda estão por vir.

O autor ressalta ainda a ideia de Viollet-le-Duc (1854-1868), que acreditava que a restauração é o estado completo do monumento, o qual pode nunca ter existido da maneira como após a restauração. Posteriormente a Viollet-le-Duc, Camilo Boito (1888) surge para questionar as ideias defendidas por ele principalmente devido aos avanços tecnológicos e arqueológicos (CHOAY, 2001). Giovannoni que atribui um valor de uso e um valor aos conjuntos urbanos é ainda o primeiro a citar o termo “patrimônio urbano” e ainda a integrá-la

² Silva (2004) caracteriza a arquitetura e estética kitsch como sendo um empilhamento de objetos e à estética burguesa, como souvenir, gadget, decorações rebuscadas, cópias de obra de arte em miniatura, com sentidos pejorativos, de mau gosto, comercializado de forma popular, acessível e barata.

³ Novo conceito turístico, embasado no que Tung e Ritchie (2011) definem ser viagens com uma avaliação individual subjetiva (afetiva, cognitivo e comportamental) de eventos relacionados a sua atividade turística que começa antes (ou seja, planejamento e preparação), durante (ou seja, no destino), e depois da viagem (ou seja, o recolhimento).

⁴ Movimento definido por Pinheiro (2004) como sendo uma tendência que alcançou grande popularidade na Inglaterra na segunda metade do século XIX, alcançando logo o continente europeu, e contava entre seus principais expoentes o arquiteto e *designer* William Morris que, inspirado nas idéias de Ruskin, fundou em 1877 a *Society for the Protection of Ancient Buildings* (SPAB), ou Sociedade para a Proteção dos Edifícios Antigos.

em uma doutrina sofisticada da conservação desse patrimônio que mesmo sendo um organismo vivo constitui em si um monumento (Choay, 2001).

A carta de Atenas⁵ se apresenta como um grande marco nas medidas de restauro e conservação, em respeito pelas heranças materiais e a utilidade da documentação internacional, enquanto serviço de cooperação entre os Estados envolvidos. Segundo Cury (2004), as conclusões da carta que permitiram analisar as particularidades de cada caso, predominando uma tendencial geral, respeitando seu caráter artístico.

Relacionar a importância do restauro ao turismo cultural, é compreender a importância da conservação de bens patrimoniais. Esta é um dos preceitos da contemporaneidade, as experiências turísticas vêm sendo exprimidas pela falta de originalidade, aceitando pastiches e replicas. Para Volkerling (1996), as políticas culturais se constituem sob domínio de uma elite cultural, cada vez mais inserido dentro de estratégias amplas de desenvolvimento econômico e revitalização urbana. O patrimônio histórico e artístico, há uma alteração considerável no significado dos bens culturais, deixando se serem apenas simbólicos, enquanto testemunhos de outras épocas e instrumentos de reforço de identidades nacionais ou locais, para se transformarem em produtos culturais, de acordo com necessidades de mercado (Leite, 2004).

Segundo Gastal (2003), em virtude de se constituir como uma nova postura em relação ao patrimônio foi instituído o programa MONUMENTA, desconstruindo a estrutura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e com utilização de gestores externos. O que não está na base desse estudo analisar, mas dá uma ideia do processo de (des) construção do patrimônio. Dentro desta mesma análise, a relação Turismo e Patrimônio, de acordo com Para Cooper et al (2011), é analisado, de forma reducionista e essencialista, o que vem gerando impactos negativos, provocados pelo processo mercantilização, que denigre, e ameaça a autenticidade de lugares e culturas. Faz-se necessária entender a relação turismo e patrimônio.

3. O PATRIMÔNIO COMO PRODUTO TURÍSTICO NO BRASIL – ANÁLISES E DISCUSSÕES

⁵ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em 07 de julho.

Valor e apelo estético do patrimônio como vetor turístico ao desenvolvimento local tem se tornado uma forma de comercialização dos atrativos culturais.

O apelo visual é sem dúvida, segundo Sá (2002), o recurso mais usado para comercialização de um atrativo turístico, sendo a imagem entendida como uma característica determinante no processo de decisão de escolha de um destino. Desta forma, o patrimônio vem atraindo o interesse e intrigando diversas pessoas a viajar em busca de conhecer a herança de outros povos. Para Williams (1998), essas viagens são motivadas pela busca ao passado, a contemplação das estruturas antigas e a compreensão dos mecanismos que as produziram, tornando importante na definição de turismo cultural e o motor desta nova economia das cidades.

O ato de viajar e sua relação com o patrimônio é antiga, como afirma Rodrigues (2006), viagens intelectuais, ou de saúde, eram motivos de aquisição de obras de arte, visitas a monumentos na antiguidade e de aprendizado de outras línguas e costumes de outros povos, compravam. Remeter ao passado por meio de toda materialidade nele existente, possibilitava reviver, em parte, ou experimentar parte de um passado de um povo, de criar imaginários, de modo a sensibilizar e criar uma relação intrínseca entre memória e saber. O patrimônio histórico está intimamente ligado à ideia de autenticidade, legitimidade e de herança.

Para Choay (2001), patrimônio sempre esteve primitivamente associado com estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade que se situa em certo tempo e espaço. O que foi permitindo estabelecer vínculos nacionais, como o que ocorreu no Brasil. O Brasil começa a voltar suas atenções para o patrimônio nacional, na década de 1920, através de intelectuais modernistas que viam nas cidades de grande valor histórico como uma forma de promover a identidade nacional, e desde então passaram a articular junto com os estados a temática de preservação do patrimônio.

Segundo Azevedo (2014) a esteticidade das cidades ganharam destaque e passaram a ser ressaltadas. As cidades históricas de Minas Gerais tornaram-se exemplo e parâmetro de um modelo pautado em uma autenticidade nacional, destacando uma arquitetura colonial, prioritariamente o Barroco, como representatividade de uma expressão nacional. Conforme o Decreto 22.928, a cidade de Ouro Preto foi erigida como Monumento Nacional em 12.07.1933 e serviu como base, modelo, projeto para a patrimonialização no Brasil.

Segundo Silva (2004) o interesse pelas cidades históricas recai sobre o gosto pela obra de arte e a arquitetura antiga, dentro de uma estética barroca e eclética, valorizando as edificações e sítios urbanos protegidos por lei. Atraídos pelo sentimento nacionalista, o Serviço de Patrimônio Histórico Nacional – SPHAN chamou a atenção de nomes de artistas

que recuperaram o estilo barroco como a verdadeira arte brasileira. A autora afirma que a orientação do SPHAN no processo de atribuição de valores se inseria na tradição europeia de constituição dos patrimônios nacionais a partir de categorias de história da arte, onde o limite de vanguarda era o conceito de monumento histórico expresso na carta de Atenas.

De acordo com Silva (2004) o primeiro ato de proteção ao patrimônio foi atribuído a Ouro Preto – MG, em 1933, e a partir disso, cidades inteiras, conjuntos arquitetônicos e edifícios passaram a ser tombados sistematicamente. Porém, como aponta a autora, somente em 1960 esses patrimônios passaram a ganhar interesse turístico, em parte devido à melhoria dos acessos rodoviários. Fonseca (1997) ressalta a criação, em 1973, do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, em convenio com o Ministério da Educação, Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR e Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE visando desenvolver o turismo no nordeste.

Não obstante, turismo passou a se tornar justificativa para os processos de conservação e restauro dos monumentos históricos, alegando ser menos elitista, mais flexível e democrático, incluindo bens da cultura popular e abrindo espaço para participação da população. Entretanto o que se pode afirmar é uma série de questionamentos de como isto sendo gerenciado. O fato é que em muitos casos este patrimônio é justificado através do uso turístico sem levar em consideração seus atributos estéticos e culturais. Até que ponto as restaurações são realizadas visando o bem comum do monumento, sua integridade física e cultural, e memorial sobrepondo ao valor e apelo estético praticado ainda pelo turismo tradicional, dito pós moderno mas que ainda se mantém fincado e enraizado na lógica do capital onde mais vale reinventar algo que atende a uma demanda sem critérios do que ressaltar o real valor histórico cultural para aqueles que de fato querem e buscam experiências dentro de uma abordagem mais contemporânea de um turismo focado nas bases locais e valores intrínsecos e pouco alterados.

Silva (2004) traz o exemplo da gentrificação nos grandes centros históricos, como forma inclusive de atender ao turista com lojas de artesanato, restaurantes, pousadas, e outros. Em alguns desses casos são feitas reformas ou “restaurações” indevidas, que descaracterizam o chamado patrimônio, mas valorizam o imóvel, por estar em uma área de grande valor histórico cultural. A exemplo disso, ela usa o Pelourinho, no bairro central em Salvador – BA, como sendo um dos mais polêmicos projetos de intervenção urbana em sítios históricos no Brasil. A sua restauração, ficou evidente que foi direcionada para exploração turística, e às técnicas de restauração, principalmente nas fachadas foram pintadas em vários tons e

coloridas, não condizente ao aspecto original dos imóveis. O que ratifica o que já mencionado neste capítulo, o que preservar? E para quem preservar? Qual o real interesse na preservação?

Assim como qualquer atividade associada à lógica do capital, o turismo, gera impactos negativos, a supervalorização do patrimônio, enquanto produto turístico, ao invés de ajudar na proteção, incide na mercantilização de bens patrimoniais. De acordo com Yasigi (2002) a excessiva preocupação em valorizar patrimônios culturais, históricos, naturais, carregados de significados em suas paisagens, acarretou, âmbito urbano, uma culturalização⁶.

Debord (1997) indica que isso se dá pelo fato da atividade turística, ainda, ser compreendida como circulação de pessoas como objeto de consumo, um subproduto da circulação de mercadorias, caracterizado como o lazer de ir ver o que se tornou banal. Rojek (1993) implica na falta de planejamento no turismo eficiente, embora haja eficácia em algumas propostas e políticas públicas, não é suficiente para atender este novo pensamento contemporâneo.

Acredita-se que o patrimônio arqueológico influencia de forma significativa na escolha de atrativos turísticos, por ser intrínseca a necessidade das pessoas em conhecer o modo como viviam seus antepassados. Tornam-se referências, transformam objetos e bens materiais em práticas de reconhecimento, elencando a construção da imagem sobre um lugar, através da possibilidade de garantir a preservação e conservação de bens arqueológicos.

Entender como os planejadores turísticos, selecionam nos espaços, atrativos e patrimônios histórico-culturais que possam gerar consensos, que busquem uma forma eficiente de desenvolver a comunidade local, gerando e distribuindo renda, que possa melhorar a qualidade de vida, torna-se, ainda, um grande desafio a partir dos usos sociais estabelecidos para bens culturais, na tentativa de atender uma lógica do consumo (Featherstone, 1995).

4. PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO – POSSIBILIDADES DE ABORDAGENS A PARTIR DO CRIVO DO TURISMO

⁶ Urry (1996) afirma que o turismo está perdendo suas especificidades, e o olhar do turista vai se tornando mais universal, implicados pela diluição das fronteiras entre as esferas sociais e culturais. Desta forma criando padronização estético cultural, gerando perda da autenticidade e identidade.

O Plano Nacional de Cultural – PCN, que estabeleceu metas a serem concluídas até 2020, sistema nacional de cultura, que prevê mudança gerencial, envolvendo três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica. A primeira considerando que todos os seres humanos sejam capazes de criar símbolos nas práticas culturais diversas; a segunda observando a cultura como direito básico do cidadão garantido pelas políticas públicas e participação social, e terceira como um vetor para a geração de dividendos em um novo cenário de desenvolvimento socialmente justo e sustentável (BRASIL, 2012). Entre as formas de se observar e interpretar o patrimônio cultural estão os estudos arqueológicos.

A Arqueologia reúne tradicionalmente sob o termo cultura material toda a matéria trabalhada pelos seres humanos em tempos passados. O envolvimento do ser humano no cotidiano com o mundo material que o rodeia não se constitui em uma relação inerte. Beaudry, Cook e Mrozowski (2007) observam que uma premissa subjacente, do estudo da cultura material, é de que os objetos feitos ou modificados pelo homem podem vir a refletir, consciente ou inconscientemente, direta ou indiretamente, nas crenças dos indivíduos que os fizeram, negociaram, compraram ou usaram.

Herdeira do nacionalismo do século XIX, de acordo Funari (2005), a arqueologia tem no modelo histórico-cultural sua teoria mais difundida. A partir da noção de que cada nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), um território delimitado e uma cultura (entendida como língua e tradições sociais), formando o conceito de cultura arqueológica. Ainda segundo o autor, esta seria um conjunto de artefatos semelhantes, de determinada época, e que representaria, portanto, um povo, com uma cultura definida e que ocupava um território demarcado.

Segundo Bass (1983, p. 5), “la arqueología es una ocupación científica, una búsqueda de conocimientos. La arqueología no persigue ningún provecho material personal o colectivo”. Pois os materiais recuperados contribuem para contar a história da humanidade.

Dentro de uma percepção tradicional a arqueologia, teria como foco de estudo apenas os artefatos, ou seja, os objetos criados pelo homem, limitando-se na busca por esses objetos, que por sua vez constituíam a razão do trabalho do profissional de arqueologia.

La tarea de los arqueólogos es investigar el pasado. Queremos saber qué pasó entonces. Nuestras fuentes materiales - huesos, piedras, utensilios- están en el presente y el pasado que construimos también pertenece al presente. Nunca conoceremos qué sucedió realmente; sin embargo, porfiemos para poder escribir el mejor relato sobre el pasado, un relato que es informado por las pruebas obtenidas y que procuramos que sea coherente y satisfactorio. (Jonhson, 2000, p. 30).

A ciência arqueológica, trabalhada desta forma, exerce seu papel de responsabilidade social e justifica a importância de seus estudos perante a sociedade. Para Little (2012, p. 370, tradução nossa), “a Arqueologia expande a consciência e a percepção, estimulando diferentes formas de ver o mundo, pensar sobre ele e de agir nele. Seus estudos tem o potencial de explicar a contingência de todo esforço humano”. Os estudos arqueológicos desde seu início passaram por transformações com modelos teórico-metodológicos diversos, tais como o histórico-culturalismo, o processualismo e o pós-processualismo. Por meio de práticas e segmentos de contrato, prevenção, resgate ou salvamento, que servem de base legal para formar esta parceria pautada nas leis federais, estaduais e municipais concernentes ao patrimônio o que propiciou o desenvolvimento em todo o país.

No Brasil, o patrimônio arqueológico é protegido por leis federais, estaduais e municipais. No entanto, o gerenciamento desse patrimônio ainda deixa muito a desejar. A retomada do hábito da formação de coleções arqueológicas por leigos que, por sua vez, incrementa o mercado ilícito de compra e venda de peças arqueológicas é um exemplo do não cumprimento da legislação. Acrescente-se a isso a divulgação prematura de sítios sem que tenham sido feitos os estudos necessários ou onde não se tenha incrementado uma infraestrutura que permita sua visitação pública sem riscos ao sítio e ao próprio visitante.

De acordo com Teixeira (2012) desde que o Patrimônio Cultural Brasileiro passou a ser protegido pelo Poder Público, através do Decreto-Lei nº 25/1937, os bens arqueológicos também ficaram sob proteção legal. Os bens arqueológicos, segundo o autor, são elementos representantes dos grupos humanos responsáveis pela formação identitária da Sociedade Brasileira, cujos conhecimentos e tecnologias implícitas denotam anos de adaptação ao Ambiente e produção de saberes tradicionais. Desta forma, e torna-se ilegal comércio de qualquer objeto com valor arqueológico, e qualquer nova descoberta deve ser imediatamente comunicada ao órgão competente, que no Brasil é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

A arqueologia aparece em dois momentos dentro da atividade turística. Através do Turismo Cultural, relação intrínseca, já que não há turismo sem a interação de todos os atores envolvidos, viajantes, comunidades, profissionais, atrativos, monumentos, objetos e saberes culturais, sociais e naturais. E dentro do segmento de Turismo de Natureza, sob a égide de uma oferta de recursos naturais, sítios a céu aberto, em ambientes e patrimônios naturais. Em ambos, apresenta-se como uma nova modalidade, o Arqueoturismo. Para Scatamacchia (2005) é uma alternativa viável na utilização de sítios arqueológicos dentro de um programa

estruturado de turismo. Para tanto, se faz necessário conhecimento sobre os elementos que compõe o patrimônio cultural/arqueológico e sua relevância para o ser humano.

Para Santos (2007) o arqueoturismo passou a ser utilizado internacionalmente através de uma série de publicações do pesquisador Hispano-Cubano Georgeos Dias Montexano, como uma síntese da terminologia turismo arqueológico que na sua execução combina o histórico e o cultural com o rural ou o ecológico. Na sua definição constitui “una forma alternativa de turismo cultural especializado que, dentro del marco de las actividades turísticas persigue promover la pasión por el pasado histórico-arqueológico y la conservación del patrimonio histórico” (Tresserras, 2005).

De acordo com Tresseras (2009), o Brasil ainda ocupa o 13º lugar como destino para turismo cultural e o 17º lugar em turismo arqueológico, fruto de uma política escassa que fomenta pesquisas e criação de programas e roteiros dentro do planejamento turístico. Há exemplos brasileiros de boas iniciativas: como o Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí, o Engenho dos Erasmos e o Pátio do Colégio em São Paulo, porém insuficiente na intenção de socializar o patrimônio arqueológico no Brasil. A simples preservação de um espaço protegido, sem o seu uso social, não gera os recursos para sua manutenção, que fica na dependência exclusiva dos poderes públicos, levando a sua degradação gradativa. A ideia não é manter o patrimônio para lucrar com ele, mas lucrar com ele para conseguir mantê-lo, como observa Barretto (2000).

Segundo Funari (2003), Manzato (2005), Valle (2003) e Scatamacchia (2005), a arqueologia Brasileira ainda não trata com a devida intensidade da utilização e visitas de sítios arqueológicos para o turismo e em consequências muitas áreas e locais onde estes se inserem acabam sendo objeto de destinos turísticos, sem devidos controles técnicos essenciais à preservação e /ou conservação. Conforme esses autores, não só a literatura como também a atuação de cientistas é tímida na utilização destes sítios para o turismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras abordagens acerca da relação turismo, patrimônio e arqueologia, serviram para elucidar questões à conservação e preservação dos bens patrimoniais. A análise parte do questionamento da mercantilização do patrimônio, e desta forma qual a representatividade dos elementos culturais para comunidade locais e visitantes, que recebem investimentos públicos e privados. A participação popular é fundamental na (re)construção deste processo.

Esse é a grande premissa da ideia do turismo contemporâneo, aquele que busca a autenticidade e envolvimento da comunidade. Falar de autenticidade neste cenário é manter a integridade dos bens patrimoniais respeitando o espaço e tempo, mantendo suas reais condições, seguindo critérios que possam atender a manutenção e conservação do bem, não tratando como objeto de consumo e para tanto maquiando e alterando o cenário com fins mercantis.

Reconhecer no turismo possibilidades para desenvolvimento local dá possibilidade de viajar e conhecer outras culturas promove a aproximação e a paz entre os povos, criando uma consciência respeitosa sobre a diversidade dos modos de vida. O que aproxima o diálogo com a arqueologia. Através das práticas educativas e de inserção do público nos processos de pesquisa, é incentivada a construção conjunta do conhecimento e a preservação dos artefatos e sítios arqueológicos. É preciso levar em consideração os fatores: resultados consistentes de pesquisas arqueológicas sistemáticas sobre o trinômio arqueológico explorado; trabalhos constantes de monitoramento do estado de conservação do acervo arqueológico; organização do roteiro garantindo perfeita apreensão de informações sem comprometer a integridade do bem explorado e envolvimento da comunidade que está no entorno do empreendimento turístico, possibilitando noções de educação patrimonial e inserção nos ganhos da atividade turística.

Outra premissa diz respeito à falta de modelos viáveis estruturados problemas recorrentes e observado no uso turístico em sítios arqueológicos, decorrente de uma análise e diagnóstico preciso acerca da viabilização da composição roteiros turístico em sítios arqueológicos, que gere desenvolvimento local e regional. A utilização turística do patrimônio arqueológica assegurada nos Estudos de Impacto Ambiental e a percepção dos profissionais da arqueologia complementam a problemática que trazem uma visão romântica de que o turismo seria simples mecanismo mitigador.

Contudo faz-se necessária analisar a valorização do patrimônio no cenário contemporâneo, discutir o uso turístico, assim como sua conservação e os processos de restauração, elencar e (re)pensar, a forma como essas técnicas estão sendo trabalhadas, para que possa de fato oferecer a autenticidade e características originais, pesando em uma demanda cada vez mais crescente, de viajante que busca estar em contato comunidades tradicionais, fies a sua cultura e costumes. De forma que cenários sejam alterados com base em uma memória coletiva, estimulando o processo de identificação do cidadão com sua história e cultura, de forma sustentável de usufruto do patrimônio que esteja relacionado ao presente.

REFERÊNCIAS

- Affonso, L. P. (2006). *EMBRATUR: Formadora de Imagens da Nação Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, 150 f. São Paulo, 2006.
- Almeida, M. B. de (2012). Arqueologia, Turismo e Comunidades Locais: reflexões de uma Turista [arqueóloga] Aprendiz. Anais de Figueiredo, S. L.; Pereira, E. da S. & Almeida, M. B. de (Org.). *Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico*. Belém: Iphan, 149-164.
- Arantes, O. B. F.; Maricato, E. & Vainer, C. B. (2000). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Azevedo, D. S. & Andrade, P. B. (2014). O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e sua Apropriação pelo Turismo no Estado de Sergipe. *Revista Rosa dos Ventos*, 6(2), 180-196. Caxias do Sul, abr-jun.
- Barretto, M. (2000). *Turismo e legado cultural*. Campinas: Papirus.
- Blanco, J. R. (2008). *De Varia Restauratione: teoría y historia de la restauración arquitectónica*. Madrid: Abada.
- Bartholo, R.; Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (Orgs) (2009). *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Letra e Imagem.
- Bass G. F. (1983). La arqueología subacuática: promesas y antecedentes. *Revista Museum - Museos y patrimonio subacuático*, 35(1), 137. Unesco: Paris.
- Beaudry, M.; Cook, L. & Mrozowski, S. (2007). Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 1(2), 73-113. Belo Horizonte.
- Brasil (2012). Ministério da Cultura. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura.
- Camargo, P. & Cruz, G. (Org.) (2009). *Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: Editus.
- CONAMA (Brasil) (1986). Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.
- Choay, F. (2001). *A alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: EDUNESP.
- Choay, F. (2004). *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2003. Cury, I.; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL). *Cartas patrimoniais*. Brasília: IPHAN, (3ª ed.), 13.
- Colchete Filho, A. F. (2004). *Conceptual intersections: urban furniture, public art and urban imagery*. Recuperado de www.etsav.upc.es/personals/iphs2004/pdf/18_p.pdf. 27 set. 2004.

- Cooper, C.; Hall, C. M. & Trigo, L. G. G. (2011). *Turismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier. (Coleção Eduardo Sanovicz de Turismo).
- Cury, I. (org.). (2004). *Cartas Patrimoniais*, (3ª ed.). Rio de Janeiro: IPHAN. 408 p. Série Edições do Patrimônio.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Featherstone, M. (1995). *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel.
- Fonseca, C. L. (1997). *O Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN.
- Funari, P. P. (2003). *Antiguidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos*. (2ª ed.). Campinas, SP: Ed. UNICAMP.
- Funari, P. P. A.; Oliveira, N. & Tamanini, E. (2005). Arqueologia para o público leigo no Brasil: três experiências. *Anais de Funari, P.; Orser JR, C. & Schiavetto, S. (Org.). Identidades, discurso e poder: estudos de arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume.
- Funari, P. P. A. (2001). *Public archaeology from a Latin American perspective, Public Archaeology, 1*, 239–243.
- Gastal, S. (2003). Projeto Monumenta: filosofia e práticas em interface com o turismo. *Turismo em análise, 14*(2), 77-89, nov. São Paulo.
- Gee, C. Y. & Fayos - Sola, E. *International tourism: a global perspective*. Madrid: World Tourism Organization.
- Gonzalez, J. J. M. & Blanco, J. R. (1989). *Teoria e historia de la intervencion en monumentos españoles hasta el romanticismo*. Valladolid.
- Funari, P. P. A. (2001). *Public archaeology from a Latin American perspective, Public Archaeology, 1*, 239–243.
- Johnson, M. (200). *Teoría arqueológica: una introducción*. Tradução Josep Ballart. Barcelona: Ariel.
- Laraia, R. de B. (1986). *Cultura: um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro, ZAHAR.
- Leite, R. P. (2005). Retradicionalização e gentrification. *Anais do Congresso Alas: Asociación Latino Americana de Sociología, 25*. Porto Alegre. Grupo de Trabajo: Consumos Culturales: practicas, mercados y políticas. Porto Alegre, 1-11. Mimeografado.
- Little, B. (2012). Public benefits of Public Archaeology. *Annals of the Skeats, R. (Org.). The Oxford Handbook of Public Archaeology*. Oxford UK: Oxford University Press.
- Luso, E.; Lourenço, P. B. & Almeida, M. (2004). Breve história da teoria da conservação e do restauro. *Anais da Revista de Engenharia Civil da Universidade do Minho. Minho: UM, Portugal, (20)*, 31-44.

- Manzato, F. (2013). *Socialização do patrimônio arqueológico no Estado de São Paulo: proposta de plano de gestão, interpretação e visitação turística em áreas arqueológicas*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo: São Paulo.
- Mcguire, R. H. (1999). A Arqueologia como ação política: o projeto Guerra do Carvão do Colorado. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (3), 387-397. São Paulo: Suplemento.
- Oliveira, A. (2001). *Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização*. (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Organização Mundial de Turismo (2001). Amparo Sancho. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca.
- Pardi, M. L. (2006). A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. *Anais da Revista do IPHAN*, (34), 305-337. Rio de Janeiro: IPHAN.
- Richards, G. (2005). *Cultural Tourism in Europe. Eletronic format by the Association for Tourism and Leisure Education*. Recuperado de www.atlas-euro.org.
- Rodrigues, M. (2006). Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. *Anais de Funari, P. P. & Pelegrini, S. C. A. Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Riegl, A. (2014). *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. Tradução de Werner Rotschild Davidsohn & Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva.
- Rojek, C. (1993). *Ways of Escape. Modern Transformations in Leisure and Travel*. Houndmills e London: Macmillan.
- Ruschmann, D. M. (2000). *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. (6ª ed.). Campinas, SP: Papirus.
- Sá, R. B. V. de (2002). *Em busca de uma imagem: o discurso a respeito do Brasil em reportagens de turismo da Itália*. 200 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Saarinen, J. (2006). Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of the Tourism Research*, 33(4), 1121-1140.
- Scatamacchia, M. C. M. (2005). *Turismo e Arqueologia*. São Paulo: Aleph.
- Santos, J. F. (2002). *Arqueoturismo e arte rupestre no semiárido sergipano: uma análise sob viés da sustentabilidade*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Federal de Sergipe.
- Silva, M. da G. L. (2004). *Cidades Turísticas: Identidades e Cenários de Lazer*. São Paulo: Aleph. (Série Turismo).
- Sodré, M. (2001). *Reiventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. (4ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Sun Tung, V. W. & Ritchie, J. R. B. (2011). Exploring the essence os memorable tourism experiences. *Annals of the Tourism Research*, 38(4), 1367-1386.
- Swarbrooke, J. (2000). *Turismo sustentável*. São Paulo: Aleph.
- Teixeira, L. (Org.) (2012). *Patrimônio Arqueológico de Alagoas*. Recuperado em 10 de julho, 2015, de http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Patrimonio_arqueologico_alagoas.pdf.
- Toselli, C. (2006). Algunas Reflexones sobre el turismo cultural. *En Revista turismo y patrimonio cultural. Del Salvador, Argentina*, 4(2), 178.
- Urry, J. (1996). *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel , SESC.
- Williams, S. (1998). *Tourism Geography*. London: Routledge.
- Tresserras, J. J. *El arqueoturismo o turismo arqueológico: un paso más para la valorización del patrimonio arqueológico*. Recuperado em outubro de www.gestionculturall.org.
- Tresserras, J. (2009). *Turismo arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí-Brasil)*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Volkerling, M. Deconstructing the difference-engine: a theory of cultural policy. *Cultural policy*, 2(2), 189-212. Amsterdam.
- Valle, R. B. M. (2003). *Gravuras pré-históricas da área arqueológica do Seridó potiguar/paraibano: Um estudo técnico e cenográfico*. Dissertação de mestrado em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Woodward, I. (2007). *Understanding material culture*. London: Sage Publications.
- Yázigi, E.; Carlos, A. F. A. & Cruz, R. de C. A. da. (2002). *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. (3ª ed.). São Paulo: Hucitec.